

Processo MJ nº 08017.001552/2003-19
Filme: "O AMOR É UMA GRANDE FANTASIA"
Requerente: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A (p.p. Ti-
quinho Comércio de Brinquedos & Serviços Ltda.).
Classificação Pretendida: Programa não recomendado para
menores de 16 anos: inadequado para antes das vinte e duas horas
Deferir o pedido de reconsideração de classificação, versão
editada, do filme para televisão, classificado como: "Programa não
recomendado para menores de 18 anos: inadequado para antes das
vinte e três horas" alterando sua classificação para "Programa não
recomendado para menores de 16 anos: inadequado para antes das
vinte e duas horas" com as seguintes inadequações: Relação Sexual e
Linguagem Obscena.

JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO

Ministério da Previdência Social

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento dos recursos das sessões ordinárias a
serem realizadas, no curso do mês de MARÇO de 2005, na sede do
Órgão, situada SAS - Q 4 - BL "K" - 10º ANDAR, Brasília, DIS-
TRITO FEDERAL, nas datas e horários a seguir mencionados, po-
dendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subsequentes, se-
rem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já pu-
blicadas.

DIA 31/03/2005 a partir das 8:30 horas

RELATOR(A): MARCO AURELIO CARRILHO JARDIM
NFLD 35.521.157-2 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.311-2 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.312-0 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.521.164-5 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.521.168-8 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.521.133-5 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.521.147-5 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.521.147-5 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.521.154-8 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.521.116-5 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.463.965-0 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.463.966-8 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.463.971-4 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.285-0 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.297-3 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.305-8 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.463.959-5 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.463.964-1 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.333-3 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.342-2 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.343-0 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.358-9 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.387-2 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.428-3 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.431-3 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.496.432-1 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.521.049-5 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.521.084-3 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.463.973-0 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A

NFLD 35.463.983-8 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.521.160-2 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.371.804-1 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.442.289-8 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.463.838-6 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.463.880-7 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.463.883-1 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A
NFLD 35.463.931-5 (RJ) Interessados: INSS e PETRO-
BRÁS PETROLEO BRASILEIRO S/A

MÁRIO HUMBERTO CABUS MOREIRA
Presidente da Câmara

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 1.255, DE 9 DE MARÇO DE 2005

O Plenário do Conselho Nacional de Previdência Social em
sua 107ª Reunião Ordinária, realizada em 09/03/2005, no uso das
atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.213, de 24 de julho
de 1991, resolve:

1. Aprovar o plano de trabalho apresentado pela Diretoria de
Benefícios do INSS na 107ª Reunião Ordinária, de 09/03/2005, a
respeito da proposta de redução e substituição do Pagamento Al-
ternativo de Benefício - PAB, conforme determinado pela Resolução
CNPS nº 1.251, de 27/10/2004, publicada no Diário Oficial da União,
seção 1, de 09/11/2004.

2. Esta resolução entra em vigor na data de sua publica-
ção.

AMIR LANDO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.256, DE 9 DE MARÇO DE 2005

O Plenário do Conselho Nacional de Previdência Social em
sua 107ª Reunião Ordinária, realizada em 09/03/2005, no uso das
atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.213, de 24 de julho
de 1991, resolve:

1. Aprovar o regulamento da Comissão de Altos Estudos
Previdenciários - CAEP, nos termos do anexo desta Resolução.

2. Esta resolução entra em vigor na data de sua publica-
ção.

AMIR LANDO
Presidente do Conselho

ANEXO

REGULAMENTO DA COMISSÃO DE ALTOS ESTUDOS DE PREVIDENCIÁRIOS - CAEP

CONCEITO

Art. 1º A Comissão de Altos Estudos Previdenciários -
CAEP é um órgão de assessoria ao Conselho Nacional de Previdência
Social - CNPS, instituído pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

OBJETIVO

Art. 2º A CAEP tem por objetivo desenvolver ou acom-
panhar o desenvolvimento de estudos e pesquisas para aperfeiçoar o
sistema, a gestão e a legislação previdenciários, conforme demanda
do CNPS.

INSTRUMENTOS

Art. 3º A CAEP executará suas funções por meio de reuniões
periódicas; elaboração de pareceres e pesquisas; ou parcerias com
universidades e demais centros de pesquisas; utilizando a estrutura do
Ministério da Previdência Social - MPS, especialmente da Coordena-
ção do CNPS da Secretaria de Previdência Social - SPS, para
auxílio aos seus trabalhos.

CONSTITUIÇÃO

Art. 4º A CAEP será constituída de 8 (oito) membros, dentre
os quais 2 (dois) representantes do governo.

Art. 5º O Secretário de Previdência Social do Ministério da
Previdência Social será um dos dois representantes do governo e
coordenará a CAEP.

Art. 6º Os demais membros da CAEP serão propostos pelos
conselheiros do CNPS e selecionados e designados pelo Secretário de
Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Art. 7º As funções dos membros da CAEP não serão re-
muneradas.

Art. 8º Os membros da CAEP poderão ser dispensados a
qualquer tempo mediante decisão do CNPS por maioria simples ou a
pedido. O mandato de cada membro da CAEP terá duração de 2
(dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

Art. 9º As reuniões da CAEP contarão com a participação do
Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários da SPS e do Coordena-
dor-Geral de Estatística e Atuária da SPS, ambos sem direito a
voto. Em caso de impedimento dos coordenadores gerais de com-
parecer à reunião, esses poderão enviar seus representantes.

DEVERES

Art. 10 São deveres do Coordenador:

I - Convocar as reuniões da Comissão e presidir-las;
II - Executar o planejamento determinado pelo CNPS;
III - Transmitir as demandas do CNPS aos membros da

CAEP;

IV - Manter completa a constituição da Comissão;
V - Representar a Comissão junto ao CNPS;
VI - Relatar o resultado dos estudos aprovados pela

CAEP;

Art. 11 São deveres dos Membros:

I - Participar das reuniões da CAEP e cooperar para o bom
desempenho das atividades quando convocados pelo coordenador;
II - Cumprir as determinações e dar encaminhamento às
demandas do CNPS relacionadas à CAEP;
III - Realizar as pesquisas solicitadas;
IV - Apresentar dados de interesse da CAEP para a execução
de suas funções;
V - Indicar pesquisadores que possam desenvolver os es-
tudos solicitados;
VI - Quando solicitado, elaborar pareceres acerca dos es-
tudos desenvolvidos pela SPS e de temas e questões demandadas pelo
CNPS; e
VII - Cumprir com outras atribuições que lhes forem atri-
buídas pelo CNPS.

LOCAL E FUNCIONAMENTO

Art. 12 As reuniões da CAEP serão no edifício sede do
MPS, na cidade de Brasília.

Art. 13 Os membros da CAEP podem indicar pessoas a
participarem das reuniões.

Art. 14 Para suas atividades, a CAEP poderá utilizar dis-
ponibilidades orçamentárias da Coordenação do CNPS.

Art. 15 Pesquisas encomendadas pelo CNPS junto à CAEP
serão efetuadas de acordo com um termo de referência confeccionado
anteriormente pela Coordenação do CNPS.

CASOS OMISSOS

Art. 16 Os casos omissos serão resolvidos pela própria
CAEP em reunião de seus membros com o Coordenador.

RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE 9 DE MARÇO DE 2005

O CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL,
em sua 107ª Reunião Ordinária, realizada no dia 09 de março de
2005,

Considerando a Convenção nº 102 de Seguridade Social da
Organização Internacional do Trabalho - OIT, que estabelece critérios
para atendimento dos benefícios previdenciários básicos dos traba-
lhadores, recomenda:

1. Urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo
1.547/04, que ratifica a Convenção nº 102 da Organização Inter-
nacional do Trabalho - OIT sobre normas mínimas de Seguridade
Social adotada em Genebra em 28 de junho de 1952;

2. Esta Recomendação entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

AMIR LANDO
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 192, DE 22 DE MARÇO DE 2005

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR,
no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, com-
binado com o art.74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de
maio de 2001 e inciso IV do art. 12 do Decreto nº 5.256, de 27 de
outubro de 2004, considerando as manifestações técnicas exaradas no
Processo MPAS nº 44.000.008084/97-38, sob o comando nº
16387905/2005 resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o art. 52, caput
e parágrafo único, bem como exclusão do art. 55 e, por consequência,
a renumeração dos artigos subsequentes do texto do Estatuto do
CANADÁ LIFE FUNDO DE PENSÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

ADACIR REIS

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 426, DE 22 DE MARÇO DE 2005

Institui, no âmbito do SUS, a Política Na-
cional de Atenção Integral em Reprodução
Humana Assistida e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas
atribuições, e

Considerando a necessidade de estruturar no Sistema Único
de Saúde - SUS uma rede de serviços regionalizada e hierarquizada
que permita atenção integral em reprodução humana assistida e me-
lhoria do acesso a esse atendimento especializado;